

NA ATUALIDADE A CULPA É DE QUEM: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

WHO IS TO BLAME TODAY: TEENAGE PREGNANCY

ANDRIOLI, Ester¹

RESUMO

A gravidez na adolescência permanece como um desafio significativo para a saúde pública e para as políticas sociais no Brasil, influenciada por fatores socioeconômicos, emocionais, familiares e institucionais que ampliam a vulnerabilidade das jovens. Este estudo teve como objetivo discutir de forma crítica a responsabilidade atribuída à família, à escola, ao Estado e à sociedade diante das causas e consequências da gestação precoce. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e a aplicação de um formulário via Google Forms, cujas respostas possibilitaram a análise quantitativa e qualitativa das percepções sociais sobre a problemática. Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes associa a gravidez precoce à falta de informação e de diálogo familiar, avalia negativamente a educação sexual escolar e reconhece impactos significativos na vida acadêmica e profissional das adolescentes. Observou-se também que o apoio oferecido a jovens grávidas é considerado insuficiente, reforçando lacunas estruturais na rede de proteção social. As análises permitiram concluir que a responsabilidade pela prevenção da gravidez na adolescência é coletiva e deve envolver ações articuladas entre família, escola, serviços de saúde e políticas públicas. O estudo reafirma a importância da educação sexual, do acesso a métodos contraceptivos e do acolhimento sensível como estratégias fundamentais para reduzir vulnerabilidades e promover autonomia reprodutiva.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência; Educação Sexual; Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas; Saúde Reprodutiva.

ABSTRACT

Teenage pregnancy remains a significant challenge for public health and social policies in Brazil, shaped by socioeconomic, emotional, familial, and institutional factors that increase adolescents' vulnerability. This study aimed to critically discuss the responsibility attributed to families, schools, the State, and society regarding the causes and consequences of early pregnancy. A bibliographic review was conducted, along with the application of an online questionnaire via Google Forms, allowing quantitative and qualitative analysis of social perceptions surrounding the issue. The results showed that most participants associate teenage pregnancy with lack of information and insufficient family dialogue, express negative evaluations of school-based sex education, and recognize substantial impacts on adolescents'

¹ Graduando do curso de Psicologia.

academic and professional trajectories. Participants also perceived the support offered to pregnant teenagers as insufficient, highlighting structural gaps within social protection networks. The findings indicate that the responsibility for preventing teenage pregnancy is collective and requires coordinated actions among families, schools, healthcare services, and public policies. The study emphasizes the importance of sex education, access to contraceptive methods, and sensitive support as essential strategies to reduce vulnerabilities and promote reproductive autonomy.

Keywords: Teenage Pregnancy; Sex Education; Social Vulnerability; Public Policies; Reproductive Health.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência permanece como um dos temas mais debatidos no campo da saúde pública e das ciências sociais, por envolver fatores biológicos, emocionais, educacionais e socioculturais que impactam intensamente a vida das jovens e de suas famílias. Mesmo com avanços nas políticas públicas de prevenção, os índices continuam elevados em diversas regiões do Brasil, revelando uma problemática que ultrapassa o âmbito individual e alcança dimensões coletivas e estruturais. Em estudo recente, Honorato et al. (2024) destacam que a gestação precoce altera profundamente os projetos de vida das adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, evidenciando a magnitude do fenômeno e sua relevância contemporânea.

O cenário atual demonstra que, apesar de campanhas educativas e esforços institucionais, ainda existem lacunas importantes na disseminação de informações sobre saúde sexual e reprodutiva entre adolescentes, o que contribui para a perpetuação de ciclos de pobreza, evasão escolar e dependência socioeconômica. Conforme ressaltado por Maciel e França (2023), a persistência da gravidez na adolescência no Brasil está diretamente associada à desigualdade social, que limita o acesso das jovens a recursos educacionais, serviços de saúde de qualidade e suporte familiar adequado. Essa relação evidencia que o problema não se restringe apenas ao comportamento individual da adolescente, mas envolve dimensões complexas e estruturais que exigem análises mais amplas e integradas.

Nesse contexto, surge uma questão central para o debate contemporâneo: afinal, de quem é a responsabilidade pela gravidez na adolescência? A família, a escola, o Estado, a mídia e a própria adolescente parecem ocupar posições de

destaque nas narrativas sociais, mas nem sempre essas narrativas refletem de maneira justa e equilibrada a complexidade das situações vivenciadas pelas jovens. De acordo com Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024), a construção de soluções eficazes passa necessariamente pelo fortalecimento das redes de apoio e pela compreensão de que a prevenção exige participação multidisciplinar e corresponsabilidade entre os diversos atores envolvidos. A problematização desse tema torna-se ainda mais urgente diante dos recentes aumentos de casos em alguns municípios, como apontado por reportagens nacionais.

A justificativa deste estudo sustenta-se na necessidade de compreender criticamente como a sociedade atribui culpas, responsabilidades e funções no enfrentamento da gravidez na adolescência, um fenômeno que, embora amplamente discutido, continua permeado por estigmas, culpabilizações injustas e insuficiência de políticas públicas. Nesse sentido, Martins, Ribeiro e Silva (2022) enfatizam que a educação sexual escolar ainda é tratada como tema sensível, o que compromete sua implementação efetiva e favorece a desinformação entre os jovens. Assim, investigar o tema sob a perspectiva da responsabilidade social torna-se fundamental para orientar políticas, estratégias de prevenção e intervenções educativas mais eficientes.

O estudo teve como objetivo discutir de forma crítica e ampla a responsabilidade atribuída à família, à escola, ao Estado e à sociedade no contexto da gravidez na adolescência na atualidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

2.1.1 Determinantes sociais, econômicos e familiares da gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência é compreendida na literatura como um fenômeno que não se explica apenas por escolhas individuais, mas por um conjunto de fatores estruturais que atravessam condições de vida, oportunidades sociais e características familiares. Esse conceito multifatorial tem sido amplamente discutido em estudos recentes, que evidenciam que as desigualdades sociais influenciam diretamente a vulnerabilidade das adolescentes, contribuindo para a persistência de taxas elevadas de gestação precoce no Brasil. Maciel e França (2023) apontam que

a relação entre pobreza, baixa escolaridade e gravidez na adolescência não pode ser ignorada, pois reflete um cenário histórico de exclusão social que limita o acesso das jovens a informações e recursos que poderiam reduzir esse tipo de ocorrência.

A contextualização desse fenômeno dentro do escopo do trabalho requer considerar que a gravidez precoce não é distribuída de maneira uniforme entre todas as adolescentes, mas se concentra em grupos mais expostos a vulnerabilidades sociais. Em territórios marcados por falta de infraestrutura básica, serviços de saúde deficitários e baixo investimento educacional, a probabilidade de uma adolescente engravidar aumenta, uma vez que o ambiente não oferece recursos adequados para prevenir a gestação indesejada. Taborda et al. (2014) demonstram que as diferenças socioeconômicas estabelecem barreiras significativas ao acesso à informação qualificada, ampliando a desigualdade entre adolescentes de diferentes classes sociais. Esses dados reforçam que as condições estruturais contribuem para explicar por que determinadas regiões apresentam índices persistentemente elevados.

Do ponto de vista teórico, os determinantes sociais da gravidez na adolescência incluem uma ampla gama de elementos: renda, escolaridade, ocupação dos responsáveis, vulnerabilidade comunitária e disponibilidade de serviços públicos. Autores que investigam esses determinantes ressaltam que a ausência de políticas públicas consistentes gera lacunas na proteção social, tornando as adolescentes mais suscetíveis a iniciar a vida sexual sem orientação adequada. Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024) destacam que a relação entre família e prevenção é um dos eixos mais discutidos nesse campo de estudo, uma vez que a família pode atuar tanto como um fator de proteção quanto de risco, dependendo da qualidade das interações e da comunicação entre seus membros. Dessa forma, a perspectiva teórica sobre vulnerabilidade reforça que a gravidez na adolescência está inserida em um contexto mais amplo de desproteção social.

A discussão entre autores revela divergências quanto ao peso relativo dos fatores que influenciam a ocorrência da gravidez precoce. Enquanto alguns estudos atribuem maior centralidade à desigualdade socioeconômica, outros enfatizam o papel da cultura do silêncio dentro das famílias, que impede o diálogo aberto sobre sexualidade. Souza, Almeida e Costa (2024) argumentam que a evasão escolar é um elemento chave nesse debate, pois ao mesmo tempo em que pode anteceder a gravidez, também se intensifica após o início da gestação, criando um ciclo de

vulnerabilidade difícil de romper. Em contrapartida, Maciel e França (2023) sugerem que, embora o fator escolar seja importante, ele deve ser entendido dentro de um conjunto mais amplo de determinantes que incluem não apenas a escola, mas também o ambiente socioeconômico e comunitário no qual a adolescente está inserida.

As abordagens presentes na literatura também apresentam limitações, especialmente aquelas que colocam a responsabilidade exclusivamente na esfera familiar, negligenciando fatores estruturais que ultrapassam a capacidade de ação dos responsáveis. Estudos que tratam a família como único agente preventivo deixam de considerar que muitas famílias também enfrentam dificuldades educacionais, econômicas e emocionais que inviabilizam a oferta de orientação adequada. Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024) reconhecem que não é incomum que pais e responsáveis careçam de informações ou apresentem insegurança para abordar temas relacionados à sexualidade, o que limita sua capacidade de prevenção. Contudo, a mídia e os dados institucionais, como os apresentados pelo G1 (2025), mostram que municípios com maiores dificuldades socioeconômicas continuam a registrar índices elevados de gravidez precoce, indicando que a problemática é sistêmica e não restrita ao núcleo familiar.

Conectar essas perspectivas teóricas à problemática central do estudo permite compreender que os determinantes sociais, econômicos e familiares atuam de forma integrada, moldando as trajetórias de vulnerabilidade que expõem adolescentes à gravidez precoce. A literatura evidencia que o fenômeno resulta de um entrelaçamento complexo entre desigualdade estrutural, limitações informacionais, fragilidades familiares e ausência de políticas públicas eficazes. Assim, como afirmam Maciel e França (2023), a manutenção de altas taxas de gravidez na adolescência está relacionada à dificuldade de romper ciclos de exclusão que atravessam gerações, enquanto Taborda et al. (2014) reforçam que as diferenças socioeconômicas intensificam esse cenário. Dessa forma, a teoria ilumina a compreensão de que a gravidez precoce não é resultado de falhas individuais, mas de condições estruturais que ultrapassam o domínio da adolescente e se relacionam diretamente com o contexto social no qual ela está inserida.

2.1.2 Impactos físicos, emocionais e sociais da gestação precoce

Os impactos da gestação na adolescência abrangem múltiplas dimensões e constituem um dos aspectos mais discutidos na literatura sobre o tema, dada a profunda alteração que provoca no desenvolvimento físico, emocional e social das jovens. A compreensão desse fenômeno implica reconhecer que a gravidez ocorre em uma fase marcada por transformações corporais e identitárias, tornando a adolescente mais vulnerável às exigências fisiológicas e às responsabilidades maternas. Nascimento et al. (2024) observam que a gestação precoce aparece frequentemente associada a riscos biológicos ampliados, dada a imaturidade do organismo da adolescente, o que reforça a necessidade de olhar para esses impactos de maneira integrada dentro do escopo do trabalho.

A contextualização da temática mostra que as repercussões da gestação precoce vão além do momento gestacional e influenciam toda a trajetória de vida da jovem. Complicações como prematuridade, anemia, hipertensão gestacional e parto cirúrgico tornam-se mais prováveis devido às condições físicas ainda em desenvolvimento, aumentando riscos tanto para a mãe quanto para o recém-nascido. Castilho, Matos e Pedrosa (2024) afirmam que as alterações fisiológicas típicas da adolescência, somadas às demandas da gravidez, potencializam o desgaste corporal, tornando esse público mais suscetível a intercorrências clínicas. Assim, a literatura destaca que a dimensão biológica é central para compreender os efeitos da maternidade precoce e suas repercussões futuras.

No campo das definições e perspectivas teóricas, diversos autores ressaltam que os impactos emocionais representam um dos eixos mais sensíveis da maternidade adolescente. A literatura caracteriza a experiência emocional dessas jovens como permeada por sentimentos ambivalentes, medo, insegurança e sofrimento psicológico, em especial quando a gestação não foi planejada e ocorre com pouco suporte social. Honorato et al. (2024) destacam que o estigma social e as pressões familiares exercem forte influência sobre o bem-estar psíquico das adolescentes, podendo desencadear quadros de ansiedade e depressão. Santos e Costa (2020) complementam afirmando que o impacto emocional depende diretamente da qualidade das relações afetivas, sendo mais intenso quando predominam rejeição, conflitos ou ausência de apoio. Essas perspectivas ajudam a

compreender por que o período do puerpério apresenta desafios ainda maiores, já que o cuidado com o bebê intensifica a sobrecarga emocional.

A discussão entre autores demonstra que, embora exista consenso sobre os impactos físicos e emocionais, há divergências quanto ao peso relativo das consequências sociais na trajetória das adolescentes. Para alguns pesquisadores, como Almeida et al. (2025), os efeitos sociais, especialmente a interrupção da escolaridade, são os mais determinantes, pois comprometem diretamente as oportunidades futuras e perpetuam ciclos de exclusão e dependência econômica. Outros autores, como David, Pampolha e Silva (2024), argumentam que o maior problema não é apenas a evasão escolar, mas a falta de acolhimento institucional, que impede as adolescentes de ter suporte adequado nos serviços de saúde e assistência social. Assim, enquanto alguns se concentram nas consequências educacionais, outros ampliam o olhar para falhas estruturais e barreiras institucionais que dificultam a autonomia das jovens mães.

As abordagens presentes na literatura também apresentam limitações, especialmente quando enfatizam excessivamente apenas um aspecto, físico, emocional ou social, sem considerar que esses impactos se sobrepõem e se fortalecem mutuamente. Muitos estudos, por exemplo, dão maior destaque às complicações biológicas, mas deixam de aprofundar como a falta de políticas públicas e de suporte comunitário influencia negativamente o cotidiano das adolescentes. Costa, Mariana Souza et al. (2025) mostram que as experiências no puerpério frequentemente incluem sentimentos de solidão e sobrecarga, que são agravados pela escassez de rede de apoio, evidenciando que uma análise fragmentada dos impactos não captura a complexidade total da situação. Assim, parte da literatura, ao focar apenas em um eixo, limita a compreensão do fenômeno e reduz a capacidade de interpretar suas dimensões interdependentes.

A conexão entre teoria e problemática do estudo revela que os impactos físicos, emocionais e sociais da gestação precoce reforçam a necessidade de compreender a gravidez na adolescência como um fenômeno multidimensional, que ultrapassa explicações simplistas e envolve vulnerabilidades cumulativas. Nascimento et al. (2024) demonstram que riscos biológicos podem comprometer a saúde materna e neonatal; Honorato et al. (2024) indicam que o sofrimento emocional é intensificado por estigma e falta de apoio; e Almeida et al. (2025) evidenciam que as consequências sociais, especialmente a interrupção dos

estudos, influenciam toda a trajetória futura da adolescente. Assim, ao articular as diversas abordagens existentes, a literatura mostra que esses impactos interagem diretamente com as desigualdades estruturais, conectando-se à discussão central deste trabalho sobre responsabilidade social e condições que favorecem a ocorrência da gravidez precoce.

2.1.3 Responsabilidade social, educação sexual e políticas públicas de prevenção

A discussão acerca da responsabilidade social na prevenção da gravidez na adolescência envolve a compreensão de que este é um fenômeno coletivo, e não um evento que possa ser explicado ou solucionado a partir de condutas individuais. Esse conceito baseia-se na ideia de que jovens estão inseridos em contextos sociais, culturais e institucionais que influenciam seu comportamento sexual e reprodutivo, exigindo ações articuladas de diferentes setores. Martins, Ribeiro e Silva (2022) destacam que a sociedade tende a culpabilizar exclusivamente a adolescente, ignorando que a ausência de políticas públicas efetivas e de educação sexual estruturada contribui diretamente para a ocorrência de gestações precoces, revelando a necessidade de ampliar o olhar para além da responsabilização individual.

A contextualização dessa temática dentro do escopo deste trabalho mostra que educação sexual, políticas de prevenção e estruturas de acolhimento são pilares fundamentais para reduzir os índices de gravidez precoce. No entanto, sua implementação enfrenta barreiras históricas relacionadas a questões culturais, religiosas e políticas que dificultam a abordagem aberta da sexualidade nos ambientes escolares e familiares. Segundo Martins, Ribeiro e Silva (2022), a falta de programas contínuos e sistematizados faz com que os jovens aprendam sobre sexo por vias informais, como amigos ou redes sociais, o que favorece informações incompletas e crenças equivocadas. Essa lacuna demonstra que a prevenção depende de esforços coordenados e da superação de tabus que ainda permeiam o debate público.

Nas definições e perspectivas teóricas, destaca-se que a educação sexual não se restrita ao ensino de métodos contraceptivos, mas inclui discussões sobre consentimento, relações afetivas, autocuidado e responsabilidade compartilhada. Contudo, a escola não é o único espaço de prevenção. Os serviços de saúde

desempenham papel central ao oferecer atendimento humanizado e acesso a contraceptivos, porém enfrentam desafios importantes. David, Pampolha e Silva (2024) observam que muitos adolescentes evitam buscar assistência devido ao medo do julgamento moral por parte de profissionais, o que prejudica a eficácia das políticas públicas. Honorato et al. (2024) reforçam que estratégias de prevenção só alcançam resultados expressivos quando articulam ações de saúde, educação e assistência social, compondo redes integradas de apoio que abrangem diferentes dimensões da realidade juvenil.

As divergências entre autores se concentram no peso atribuído a cada esfera, escola, saúde, família ou Estado, na prevenção da gravidez precoce. Enquanto alguns defendem que a escola deve ser a principal responsável por educar sobre sexualidade, outros argumentam que a família deve assumir o papel central, uma vez que a educação sexual começa no ambiente doméstico. Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024) enfatizam que a participação da família é indispensável, pois o diálogo aberto entre pais e filhos reduz significativamente a vulnerabilidade. Em contrapartida, Souza, Almeida e Costa (2024) afirmam que o foco excessivo na responsabilidade familiar pode ignorar realidades em que os responsáveis não têm preparo ou recursos para orientar adequadamente, reforçando a necessidade de que políticas públicas assumam parte desse papel por meio de ações universalizadas e equitativas.

As críticas às abordagens existentes evidenciam que muitas políticas de prevenção ainda são fragmentadas, pontuais ou voltadas apenas para a responsabilização individual, desconsiderando aspectos estruturais como desigualdade social, ausência de acesso a métodos contraceptivos e deficiências no atendimento do SUS. Martins, Ribeiro e Silva (2022) criticam a ausência de continuidade nos programas escolares, frequentemente interrompidos por pressões externas, enquanto David, Pampolha e Silva (2024) apontam a falta de acolhimento nos serviços de saúde como uma das maiores limitações das políticas atuais. A literatura revela que iniciativas isoladas não são suficientes para transformar o cenário, evidenciando fragilidades na articulação intersetorial e na ampliação das estratégias de prevenção.

Por fim, conectar essas perspectivas à problemática central deste estudo permite compreender que a prevenção da gravidez na adolescência deve ser interpretada como uma responsabilidade coletiva, e não individual. A literatura

aponta que atribuir culpa única à adolescente ignora fatores estruturais que atravessam sua realidade e que dificultam escolhas informadas. A ausência de educação sexual contínua, como apontam Martins, Ribeiro e Silva (2022), combinada com barreiras no acesso à saúde, conforme observado por David, Pampolha e Silva (2024), e com fragilidades no diálogo familiar, como discutido por Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024), demonstra que os fatores de risco se acumulam e se entrelaçam. Assim, o debate sobre responsabilidade social insere-se diretamente na discussão sobre desigualdade e políticas públicas, reforçando que as estratégias de prevenção precisam abordar de maneira integrada os diferentes contextos que moldam a experiência das adolescentes.

2.2 Metodologia

A construção deste estudo foi desenvolvida a partir de uma abordagem metodológica mista, integrando procedimentos bibliográficos e levantamento de dados empíricos. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica ampla sobre a temática da gravidez na adolescência, com o objetivo de identificar os principais conceitos, debates teóricos, determinantes sociais, impactos e políticas de prevenção discutidos pela literatura científica recente. Essa etapa permitiu compreender como diferentes autores analisaram o fenômeno e quais lacunas ainda permaneciam nas discussões acadêmicas, fornecendo embasamento teórico para a formulação dos demais procedimentos da pesquisa.

A revisão da literatura foi conduzida por meio de buscas sistemáticas realizadas nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO, PubMed e em bibliotecas virtuais de acesso aberto. Nessas plataformas, foram pesquisados artigos científicos, livros, teses, dissertações, relatórios institucionais e conteúdos de sites especializados, utilizando descritores relacionados à temática, como “gravidez na adolescência”, “educação sexual”, “políticas públicas”, “vulnerabilidade social” e “prevenção”. Os materiais selecionados foram organizados com base em critérios de relevância, atualidade e consistência científica, priorizando publicações dos últimos dez anos, embora estudos clássicos e fundamentais sobre o tema também tenham sido incluídos quando considerados pertinentes ao desenvolvimento teórico.

Além da revisão bibliográfica, foi aplicado um formulário estruturado por meio da plataforma Google Forms, elaborado com o objetivo de coletar percepções e

experiências acerca da gravidez na adolescência, bem como identificar elementos relacionados às responsabilidades atribuídas à família, escola, serviços de saúde e Estado. O formulário foi composto por questões fechadas e abertas, possibilitando tanto análises quantitativas quanto interpretações qualitativas dos dados coletados. Sua aplicação ocorreu de forma online e assíncrona, permitindo a participação voluntária de respondentes de diferentes faixas etárias e contextos sociais. Essa etapa empírica buscou complementar a revisão bibliográfica, trazendo elementos subjetivos e contemporâneos para o debate.

Após a coleta, os dados obtidos por meio do formulário foram organizados, tabulados e categorizados. As respostas fechadas foram sistematizadas em planilhas para permitir a contagem de frequências, identificação de padrões e elaboração de gráficos descritivos. Já as respostas abertas foram analisadas por meio de leitura flutuante, agrupamento temático e codificação de sentidos, permitindo identificar percepções recorrentes, interpretações divergentes e tendências discursivas sobre a temática. Esse processo permitiu que as informações empíricas dialogassem com o referencial teórico previamente levantado, enriquecendo a análise final do estudo.

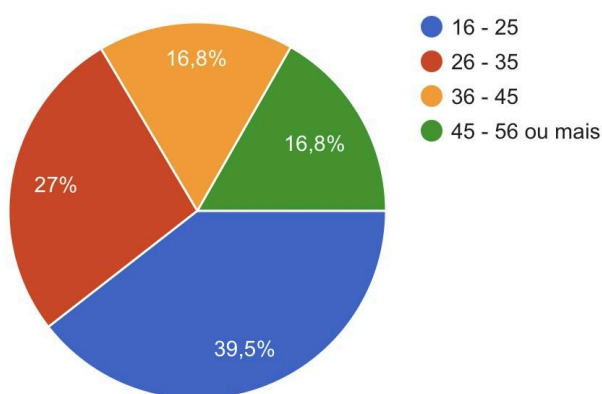
Por fim, os dados provenientes da revisão bibliográfica e do formulário foram cruzados, buscando-se pontos de convergência e tensionamentos entre o conhecimento acadêmico e as percepções dos participantes. Essa integração metodológica possibilitou uma análise mais ampla e aprofundada do fenômeno da gravidez na adolescência, considerando tanto evidências científicas consolidadas quanto vivências contemporâneas registradas no formulário. Dessa forma, a metodologia adotada buscou articular de maneira consistente o rigor acadêmico e a escuta social, permitindo construir reflexões fundamentadas e alinhadas aos objetivos gerais e específicos da pesquisa.

2.3 Resultados Obtidos

Os resultados obtidos por meio do questionário aplicado pelos autores (2025) revelaram um conjunto de percepções amplas e complexas acerca da gravidez na adolescência, permitindo a articulação entre dados quantitativos, análises qualitativas e referenciais teóricos previamente apresentados. A amostra foi composta por 185 participantes, com diversidade significativa em termos de idade,

ocupação, renda e escolaridade, o que contribuiu para uma leitura heterogênea e mais representativa do fenômeno estudado. A distribuição etária concentrou-se majoritariamente entre 36 e 45 anos (39,5%), seguida por adultos jovens de 26 a 35 anos (27%), revelando que a maior parte dos respondentes já atravessou a adolescência e, portanto, observa a temática a partir de vivências pessoais, familiares ou comunitárias. Essa predominância sugere que a percepção sobre a gravidez precoce foi construída a partir da maturidade e de experiências retrospectivas, o que fortalece a profundidade das análises produzidas pelo grupo.

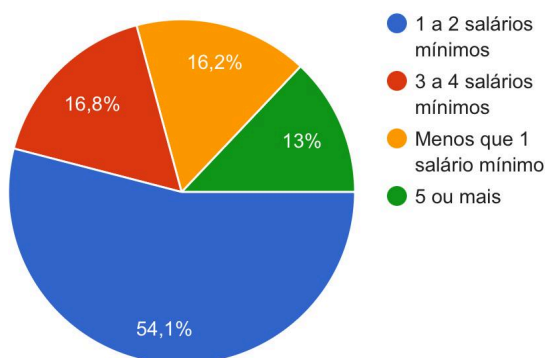
Gráfico 1 - Faixa Etária



Fonte: Autores (2025).

No que se refere à renda mensal, observou-se que 54,1% dos participantes relataram viver com 1 a 2 salários mínimos, enquanto apenas 16,8% afirmaram receber menos de 1 salário mínimo, e outros grupos distribuíram-se entre faixas salariais mais elevadas.

Gráfico 2 - Renda Mensal

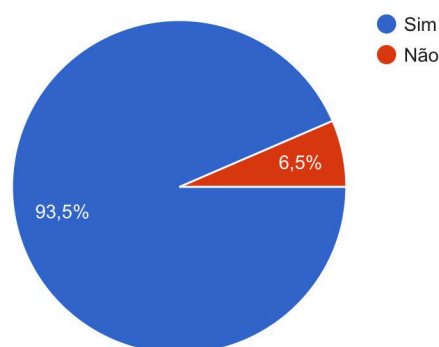


Fonte: Autores (2025).

Esses dados reforçam o diálogo com o referencial teórico, especialmente com Maciel e França (2023), que defendem a relação direta entre vulnerabilidade socioeconômica e maior incidência de gravidez na adolescência. Embora o questionário não tenha investigado diretamente a vivência dos respondentes com a maternidade precoce, o recorte econômico permite compreender como a percepção social sobre o tema é formulada dentro de realidades que, em muitos casos, também convivem com desigualdades estruturais. Essa relação mostra-se coerente com Tabora et al. (2014), que identificam que a vulnerabilidade econômica reforça o risco de gravidez precoce e molda o olhar social sobre a temática.

Outro achado relevante diz respeito à alta incidência de conhecimento prévio sobre casos de gravidez precoce: 93,5% afirmaram já conhecer alguém que engravidou na adolescência, enquanto apenas 6,5% responderam negativamente.

Gráfico 3 - Incidência de conhecimento prévio sobre casos de gravidez precoce



Fonte: Autores (2025).

Esse dado demonstra que a gravidez na adolescência mantém forte presença na realidade social brasileira, o que confirma a posição de Honorato et al. (2024), para quem o fenômeno é recorrente e amplamente visível nas comunidades. A presença massiva desse conhecimento indica que a gravidez precoce é percebida não apenas como um fenômeno distante, mas como uma experiência comum e socialmente compartilhada. Essa percepção coletiva reforça, também, a ideia de que as redes sociais e comunitárias testemunham e reproduzem discursos sobre responsabilidade e culpabilização, aspecto discutido por Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024).

Quanto aos fatores que contribuem para a gravidez precoce, os resultados foram expressivos: 44,9% dos participantes atribuíram a ocorrência à falta de informação, e 38,4% à falta de aconselhamento e diálogo familiar, enquanto outros

mencionaram pressão social, irresponsabilidade, rebeldia ou “casos e casos” . Esses achados dialogam diretamente com Martins, Ribeiro e Silva (2022), que apontam a ausência de educação sexual sistematizada nas escolas como um fator decisivo na vulnerabilidade de adolescentes. De maneira semelhante, Souza, Almeida e Costa (2024) defendem que a falta de diálogo familiar contribui para atitudes baseadas em mitos e desinformação, o que se alinha ao entendimento dos respondentes do formulário. A convergência entre a literatura e os dados empíricos reforça a existência de um déficit informacional contínuo, que atravessa escola, família e contextos comunitários.

A avaliação da educação sexual nas escolas demonstrou um quadro preocupante: somando as respostas “baixo”, “ruim” e “muito ruim”, obtém-se a maior parte das avaliações, indicando predomínio de percepções negativas sobre o trabalho pedagógico nesse campo. Somente uma minoria classificou a educação sexual como “razoável” ou “muito baixa”, o que demonstra insatisfação generalizada com a preparação das instituições escolares para orientar adolescentes sobre sexualidade, prevenção e autocuidado. Essa percepção é especialmente relevante, pois Martins, Ribeiro e Silva (2022) enfatizam que a escola tem função central na construção de repertórios informacionais, sendo um espaço privilegiado para debates sobre saúde reprodutiva. A discrepância entre o que a literatura defende e o que os participantes avaliam revela uma lacuna sistemática na efetivação de políticas educacionais e programas estruturados de orientação sexual.

Em relação à prevenção, os métodos considerados mais eficazes pelos participantes envolveram, na maioria das respostas, três pilares: acesso a métodos contraceptivos, educação sexual escolar e campanhas de conscientização. Muitos também destacaram o aconselhamento familiar e práticas integradas entre escola e comunidade . Essa percepção ecoa as análises de Honorato et al. (2024), que defendem que a prevenção só é possível quando a rede de proteção integra saúde, educação e assistência social. Da mesma forma, David, Pampolha e Silva (2024) argumentam que o acolhimento adequado nos serviços de saúde é parte indispensável das políticas de prevenção, pois adolescentes frequentemente evitam procurar ajuda por receio de julgamentos. A convergência entre os dados do questionário e a literatura reforça que a prevenção depende da articulação de diferentes setores, não podendo ser limitada ao esforço individual da adolescente.

A análise qualitativa das falas discursivas reforçou o peso das consequências sociais, emocionais e educacionais da gravidez precoce. As respostas revelaram que a maioria dos participantes percebe a maternidade precoce como um evento que impacta profundamente a vida da adolescente, especialmente por provocar interrupção dos estudos, sobrecarga de responsabilidades, preconceito e vulnerabilidade emocional. Entre as falas, destacam-se expressões como: “a adolescente terá que dividir seu tempo entre estudar e cuidar da criança”; “muitas deixam de estudar por falta de apoio”; “é muita responsabilidade para alguém sem maturidade”; “a licença maternidade, cansaço e desequilíbrio emocional atrapalham muito”; “a vida profissional fica prejudicada porque cuidar de uma criança exige tempo e dedicação”. Essas narrativas corroboram os achados de Almeida et al. (2025), que identificam a evasão escolar como uma das consequências mais significativas da maternidade precoce, interferindo diretamente no desenvolvimento acadêmico e nas oportunidades profissionais futuras.

A percepção sobre o apoio oferecido às adolescentes grávidas também foi majoritariamente negativa: 43,2% classificaram o apoio como “insuficiente”, e outros 29,7% afirmaram não saber avaliar, sugerindo desconhecimento ou invisibilidade das ações existentes. Essa avaliação está alinhada com o que discutem David, Pampolha e Silva (2024), ao afirmar que falhas no acolhimento dos serviços públicos agravam a vulnerabilidade das adolescentes. A insuficiência do apoio comunitário repercute igualmente nas falas qualitativas, que mencionam a falta de políticas públicas, carência de creches, apoio emocional insuficiente e desestrutura familiar como fatores agravantes. Esse déficit de acolhimento reforça o argumento de que a responsabilidade pela gravidez na adolescência deve ser compreendida como uma questão coletiva, e não restrita às escolhas individuais das jovens.

Por fim, as opiniões discursivas sobre a gravidez na adolescência revelaram um consenso expressivo em torno da ideia de que o fenômeno produz impactos severos, mas também exigem acolhimento e não julgamento. Muitas falas reforçaram que a responsabilidade deve ser compartilhada entre família, escola e Estado, em consonância com Costa, Cleidiane Ribeiro et al. (2024), que defendem a participação ativa dos responsáveis na prevenção. Ao mesmo tempo, diversos participantes enfatizaram que “o tabu sobre sexualidade atrapalha mais do que ajuda”, e que “a falta de diálogo em casa e nas escolas é o principal problema”. Assim, os dados qualitativos apontam que a sociedade reconhece as

consequências e causas do fenômeno, mas também identifica falhas estruturais que perpetuam o ciclo da vulnerabilidade, corroborando as análises de Nascimento et al. (2024) e Honorato et al. (2024) sobre os impactos cumulativos da gestação precoce.

Assim, os resultados obtidos por meio do questionário aplicado pelos autores (2025) reforçaram o entendimento de que a gravidez na adolescência é um fenômeno marcado por determinantes sociais, econômicos, informacionais e emocionais, cujos impactos são amplificados pela ausência de políticas públicas eficazes e pela insuficiência de apoio comunitário. O diálogo entre os dados empíricos e a literatura confirma que a responsabilidade pela prevenção deve ser compartilhada, e não atribuída exclusivamente à adolescente, reforçando a necessidade de ações intersetoriais para reduzir a vulnerabilidade social e promover a autonomia reprodutiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender com maior profundidade a complexidade da gravidez na adolescência, evidenciando que este fenômeno não pode ser explicado a partir de fatores isolados ou de uma interpretação restrita à conduta individual da adolescente. A retomada do tema demonstrou que a gestação precoce está inserida em um contexto estruturado por desigualdades sociais, ausência de informações adequadas sobre sexualidade, fragilidades familiares, lacunas nas políticas públicas e falhas nos sistemas educacionais, todos elementos que se articulam e moldam a vulnerabilidade dessa população. Assim, confirmou-se que a temática exige um olhar multidimensional, que considere simultaneamente as dimensões biológicas, emocionais, sociais e institucionais que integram a realidade vivida pelas adolescentes.

Com base nos achados obtidos, foi possível responder ao problema central desta pesquisa, que buscou compreender de quem é a responsabilidade pela gravidez na adolescência na atualidade. A partir das análises empreendidas, observou-se que a responsabilidade não recai sobre um único agente, mas é resultado da interação entre diversos fatores sociais e institucionais que influenciam diretamente a vida das adolescentes. Embora o discurso social frequentemente atribua culpa exclusivamente às jovens, os dados demonstraram que a falta de informação estruturada, o silêncio familiar, a fragilidade das escolas na oferta de

educação sexual e a insuficiência das políticas públicas desempenham papéis determinantes na manutenção do problema. Dessa forma, os resultados apontaram que a responsabilidade é compartilhada entre família, escola, sociedade e Estado, todos corresponsáveis pela construção de condições que permitam escolhas seguras e informadas.

No que diz respeito ao objetivo geral, verificou-se que ele foi plenamente alcançado, pois foi possível discutir de forma ampla e crítica como diferentes esferas sociais participam da prevenção ou perpetuação da gravidez precoce, esclarecendo como discursos, práticas e políticas influenciam essa realidade. Os objetivos específicos também foram atingidos, na medida em que se identificaram os fatores sociais, emocionais e econômicos associados à gestação precoce, se analisou a construção social da culpabilização da adolescente e se reconheceu o papel das políticas públicas e das práticas educativas no enfrentamento do fenômeno. A articulação entre a revisão bibliográfica e os dados provenientes do questionário permitiu compreender, de maneira consistente, os múltiplos elementos que estruturam esse cenário no Brasil contemporâneo.

A hipótese inicial, de que a gravidez na adolescência é influenciada por desigualdades sociais e pela ausência de educação sexual efetiva, foi confirmada pelos resultados obtidos. Tanto os dados empíricos quanto as discussões teóricas demonstraram que a falta de orientação adequada, o déficit informacional nas famílias e escolas, bem como o preconceito e a carência de políticas públicas eficazes, estão diretamente associados à vulnerabilidade das adolescentes. Além disso, observou-se que o impacto emocional, físico e social da gestação precoce não se limita ao momento do parto, mas se estende por toda a vida da jovem, influenciando sua trajetória acadêmica, profissional e afetiva, o que reforça ainda mais a necessidade de políticas integradas que contemplem prevenção, acolhimento e suporte contínuo.

Entretanto, como todo trabalho científico, esta pesquisa também apresentou limitações. A análise empírica dependeu das respostas voluntárias ao questionário, o que pode limitar a representatividade da amostra e restringir a diversidade dos perfis investigados. Além disso, o estudo não acompanhou longitudinalmente a vida das adolescentes que vivenciaram a gestação precoce, impossibilitando observar impactos em longo prazo. Outro ponto refere-se à dependência de dados autorreferidos, que podem ser influenciados por vieses pessoais, culturais ou

morais. Ainda assim, esses limites não comprometeram a relevância dos achados, mas indicam caminhos importantes para futuras investigações.

Este estudo evidenciou que a gravidez na adolescência é um fenômeno de grande complexidade social e que exige ações coordenadas para ser enfrentado de maneira efetiva. Compreender que o problema ultrapassa o indivíduo e envolve a responsabilidade coletiva é fundamental para a construção de políticas públicas integradas, ações escolares consistentes e fortalecimento dos vínculos familiares. A prevenção da gravidez precoce e o acolhimento das adolescentes que vivenciam essa realidade dependem de esforços conjuntos que valorizem a informação, o diálogo e o respeito. Ao concluir este trabalho, reafirma-se a necessidade de romper com discursos culpabilizantes e avançar na construção de uma sociedade que ofereça suporte, oportunidades e autonomia às adolescentes, permitindo que exerçam sua sexualidade e seus projetos de vida de forma consciente e segura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Victor da Silva et al. Gravidez na adolescência e suas consequências. **Revista Delos**, v. 18, n. 70, p. 01-16, 2025.

CASTILHO, Silvana Batista; MATOS, Vitória Gabrielle da Silva; PEDROSA, Luan Gabriel Bezerra. Impactos físicos e emocionais da gestação na adolescência: uma revisão de literatura. **Revista FOCO**, v. 17, n. 5, 2024.

COSTA, Cleidiane Ribeiro et al. Gravidez na adolescência: o papel da família na prevenção da gravidez na adolescência. **Revista REASE**, v. 10, n. 12, 2024.

COSTA, Mariana Souza et al. Gravidez na adolescência e vivências do puerpério. **Saúde em Perspectiva**, v. 38, n. 1, 2025.

DAVID, Flávia Araújo Henriques Santalices; PAMPOLHA, Carolina Barbosa; SILVA, Márcia Cristina Freitas. Gravidez na adolescência: impactos na vida das gestantes e assistência na saúde pública. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 9, 2024. DOI: 10.25248/REAS.e16693.2024.

G1. Em apenas 5 meses, partos de adolescentes em Sorocaba se aproximam do total registrado em 2024. **Sorocaba e Jundiaí**, 03 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 15 nov. 2025.

HONORATO, Gabriela et al. Gravidez na adolescência: impactos físicos e emocionais. **Revista Contribuciones**, v. 17, n. 10, 2024.

MACIEL, Lara; FRANÇA, Michael. Alta taxa de gravidez na adolescência no Brasil: o desafio de quebrar o ciclo de pobreza intergeracional. **Nexo Jornal**, 26 set. 2023.

MARTINS, S. F.; RIBEIRO, P. T.; SILVA, C. D. Educação sexual na prevenção da gravidez na adolescência: revisão de estudos recentes. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, p. 1-9, 2022.

NASCIMENTO, Bianca Thaís Silva do et al. Associação de gravidez na adolescência e prematuridade. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 1, p. 396-406, 2024.

SANTOS, M. L. M.; COSTA, A. C. F. Impactos psicológicos da gravidez precoce: uma revisão narrativa. **Psicologia Clínica**, v. 32, p. 35-45, 2020.

SOUZA, Mayane Kelly Macedo de; ALMEIDA, Thais Rodrigues de; COSTA, Ruth Silva Lima da. Fatores relacionados à gravidez na adolescência e à evasão escolar: revisão integrativa da literatura. **Scientia Generalis**, v. 5, n. 2, 2024.

TABORDA, Joseane Adriana et al. Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 16-24, 2014.